



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0036.381712/2021-44

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 687/2021/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação hospitalar pronta por meio de fornecimento contínuo destinado a Pacientes (Adultos e Infantis), Acompanhantes legalmente constituídos, servidores e demais comensais, visando o fornecimento de dietas de rotina ou especiais.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria nº 014/SUPEL-CI, edição do dia 28 de janeiro de 2022, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **LC FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS LTDA – ME, CNPJ: 21.371.478/0001-06**, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue:

I – DO RELATÓRIO

Trata-se o presente certame do **Pregão Eletrônico n. 687/2021**, o qual possui como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação hospitalar pronta por meio de fornecimento contínuo destinado a Pacientes (Adultos e Infantis), Acompanhantes legalmente constituídos, servidores e demais comensais, visando o fornecimento de dietas de rotina ou especiais.

Esta Comissão Especial de Licitações – CEL, na data de 28 de junho de 2022, realizou sessão de abertura do Pregão Eletrônico, o qual é composto de 06 (seis) lotes.

Desta feita, na ocasião da Sessão, a licitante **LC FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS LTDA – ME** apresentou a melhor proposta para o **Lote 02**, contudo, da análise de seus atestados de capacidade técnica, verificou-se que não atendeu ao disposto no item 13.8.1.2, a.2) do Edital, ou seja, não comprovou o atendimento das **parcelas de maior relevância de 25% do almoço e jantar da dieta geral (adulta e infantil) e 5% do almoço e jantar da dieta especial (dieta Branda/Pastosa/Hipossódica/leve, líquida, diabéticos, hipercalórica, hipocalórica e outras)**, oportunidade em que foi julgada **INABILITADA**.

Nesse sentido, a **RECORRENTE** apresenta Recurso Administrativo em que pugna pela reforma da decisão emitida por esta Comissão, apresentando para tanto seus fundamentos e documentos comprobatórios.

É o relatório.

III - DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPREL.

Dito isso, passaremos às razões recursais levantadas pela recorrente.

III.1 DAS RAZÕES DA RECORRENTE:

1 - DA ALEGAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A **RECORRENTE**, em sua peça recursal, sustenta que a declaração de sua INABILITAÇÃO merece reforma, tendo em vista ter cumprido os requisitos atinentes à exigência de qualificação técnica disposta em Edital, especificamente acerca da comprovação do atendimento das **parcelas de maior relevância de 25% do almoço e jantar da dieta geral (adulto e infantil) e 5% do almoço e jantar da dieta especial (dieta Branda/Pastosa/Hipossódica/leve, líquida, diabéticos, hipercalórica, hipocalórica e outras)**, exigidas no item 13.8.1.2, a.2) do Edital.

A licitante informa que é a fornecedora de alimentação hospitalar dos seguintes hospitais pertencentes a SESA, com os seguintes Contratos:

1. Hospital JOÃO PAULO II - Contrato nº 950/PGE-2021 (Vigência de 26/12/2021 a 27/06/2022);
2. Hospital AMI – Contrato nº 957/PGE-2021 (Vigência de 01/01/2021 a 26/06/2022); LC FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS LTDA – ME CNPJ: 21.371.478/0001-06
3. Hospital CDA - Contrato nº 943/PGE-2021 (Vigência de 01/01/2021 a 26/06/2022);

Apresenta para tanto cópia dos contratos, bem como notas fiscais referentes aos serviços prestados, de forma a comprovar o atendimento ao quantitativo exigido pelo Edital.

Pugna, ao final, pela reforma da decisão de inabilitação proferida em Sessão Pública.

III. 2 DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA F.G.R. SILVA BUFFET E EVENTOS LTDA:

A empresa **F.G.R. SILVA BUFFET E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ n. 09.621.493/0001-51, apresentou contrarrazões pugnando pela manutenção da inabilitação da **RECORRENTE**, por não ter comprovação a qualificação técnica em quantidade, em atenção ao disposto no item 13.8.1.2, a.2) do Edital.

A licitante sustenta ainda que a **RECORRENTE** deixou de apresentar a Declaração de Vistoria ou Ciência quanto às instalações exigida em Edital.

Em síntese, é a manifestação da licitante.

IV. DO JULGAMENTO DA COMISSÃO:

IV. 1 DA INABILITAÇÃO EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 13.8.1.2, a.2) DO EDITAL - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM QUANTITATIVO:

De análise de todo os elementos que constituem o presente procedimento administrativo, em especial, os atestados de capacidade técnica apresentados, os contratos administrativos, as notas fiscais, bem como o acesso aos autos que formalizam os aludidos contratos, essa Comissão debruçou-se ao lastro probatório, bem como aos termos do Edital, com a finalidade de emitir julgamento justo e isonômico.

Pois bem. Verificados documentos que compõem os autos, procedemos com a reanálise do quantitativo exigido em Edital e o comprovado pela **RECORRENTE**, oportunidade em que constatamos que a exigência de qualificação técnica em quantitativo foi atendida pela licitante.

Na oportunidade, cumpre-nos salientar que o item 13.8.1.2, a.2) do Edital, traz a seguinte exigência:

"25% do almoço e jantar da dieta geral (adulta e infantil) e 5% do almoço e jantar da dieta especial (dieta Branda/Pastosa/Hipossódica/leve, líquida, diabéticos, hipercalórica, hipocalórica e outras)"

Importante, destacar que o quantitativo refere-se tão somente ao "almoço e jantar" das aludidas dietas, logo, verificamos que a **RECORRENTE** atendeu ao quantitativo exigido.

Sabendo que a Administração Pública tem o dever de autotutela de seus atos, cabe ao agente administrativo zelar pela legalidade, agindo de forma coerente e razoável, podendo rever e adequar seus atos, modificando-os quando inadequados, tais características fundamentam a presente decisão, que busca tão somente zelar pela legalidade dos atos.

A Súmula 473, em vigor desde 1969, corporifica a autotutela, por meio da seguinte dicção:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Nesse sentido, esta Comissão, em homenagem ao princípio da autotutela, reforma a decisão anteriormente proferida, julgando, na presente oportunidade, pela **HABILITAÇÃO** da **RECORRENTE** para o lote 02, uma vez que restou evidenciado o atendimento às exigências editalícias.

IV. 2 DA NÃO APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU CIÊNCIA QUANTO ÀS INSTALAÇÕES:

A empresa **F.G.R. SILVA BUFFET E EVENTOS LTDA** sustenta que a **RECORRENTE** deixou de

apresentar a Declaração de Vistoria ou Ciência quanto às instalações, exigida no item 13.8.1.3, e), do Edital, razão pela qual deveria ser inabilitada.

Ocorre que o aludido item do Edital faz remissão ao item 12 do Termo de Referência, o qual apresenta, especificamente no subitem 12.5, a seguinte redação quanto a exigência discutida, vejamos:

"12.4 As empresas participantes da licitação deverão apresentar declaração de ciência, quanto ao local onde serão realizados os serviços e acata todas as condições previstas no Edital e Anexos, principalmente quanto as instalações físicas, não sendo aceito qualquer questionamento futuro referente a dificuldades técnicas na realização dos fornecimento de alimentação hospitalar prontas.

12.5 E no caso da não apresentação, fica essa ausência compreendida como manifestação de vontade tácita conforme Art. 111 da Lei n.º 10.406/2002, podendo ser ratificada no ambiente de chat do procedimento licitatório."

De análise do disposto no Termo de Referência, a ausência da aludida declaração não é hipótese de inabilitação das licitantes, visto que a ausência fica compreendida como manifestação de vontade tácita.

Aliado a isso, considerando o fato de que a **RECORRENTE** é a atual fornecedora das unidades hospitalares "**Hospital JOÃO PAULO II**" e "**Hospital AMI**", unidades pertencentes ao Lote 02 em questão, restaria consideravelmente inadequada a inabilitação dessa pela ausência de tal declaração ou pela não ratificação em chat.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

" Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados" (Acórdão 357/2015-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS)

Nesse sentido, com arrimo no disposto no Termo de Referência, bem como ainda em homenagem ao princípio do formalismo moderado, não assiste razão à contrarrazoante.

V - DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se TEMPESTIVO, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE PROCEDENTE**, reformando a decisão proferida na Sessão Pública, de forma a tornar **HABILITADA a RECORRENTE para o Lote 02**.

Porto Velho (RO), 17 de agosto de 2022.

SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO



Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Pregoeiro(a)**, em 19/08/2022, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0031321594** e o código CRC **28A5EB78**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0036.381712/2021-44

SEI nº 0031321594